

DOSSIÊ TEMÁTICO

As parcerias entre o poder público e o terceiro setor: implicações para a democratização da educação
DOI: <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4663>

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NA POLÍTICA EDUCACIONAL:
O PAPEL DA OCDE**

CORPORATE GOVERNANCE IN EDUCATIONAL POLICY:
THE ROLE PLAYED BY OCDE

GOBIERNO CORPORATIVO EN LA POLÍTICA EDUCACIONAL:
EL ROL QUE JUCA LA OCDE

Rodrigo da Silva Pereira

Universidade Federal da Bahia - Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico no processo de governança corporativa da política educacional. Para tanto, analisa as estratégias do capital para conformação de redes de governança que rompem as barreiras entre o público e privado no contexto de redefinição do papel do Estado. Aponta que a Nova Gestão Pública faz parte do projeto neoliberal e caracteriza-o como um constructo de classe que, com apoio dos Organismos Internacionais, em particular, da OCDE, induz, não só o *ethos* privado na administração pública, assim como a presença ativa dos setores empresariais na definição e execução das políticas educacionais e na expropriação do fundo público para seus interesses. A análise dos documentos daquele Organismo Internacional desvela sua atuação como *cimento orgânico* na mediação de interesses entre as redes e o Estado, bem como seu papel propulsor das parcerias público-privadas, e defensor da formação de cidadãos e intelectuais de novo tipo, que consentem com a lógica do capital. Os resultados demonstram que, no contexto brasileiro, é possível identificar as intencionalidades políticas, econômicas, ideológicas e sociais que essas redes carregam, a exemplo das influências exercidas no PDE, na BNCC e na Reforma do Ensino Médio. Conclui que é preciso criar e fortalecer redes que congreguem universidades e sistemas públicos de Educação Básica a fim de construir marcos formativos contra-hegemônicos e que possam fortalecer o sentido público-estatal e suas finalidades sociais.

Palavras-chave: Governança corporativa. OCDE. Redes de governança.

Abstract: This issue has as aim at discussing the role played by the Organization for Economic Cooperation and Development in the corporative government of educational policy. Thereunto, it analyses the strategies from the capital to form networks of governance which break barriers between the public and the private in the context for redefinition of the role played by the State. It points the New Public Management as part of the neoliberal project and characterize it as a class construct, which induce, with support from the international organizations, especially from the OCDE, not only the private *ethos* in the public management, but the active presence of business sectors in the definition and execution of educational policies and in the expropriation of public fund for their interests. The analysis of documents from that International Organization reveals its actuation as organic *cement* in the mediation of interests among the networks and the State, as well as its propellant role for public-private partnerships, and defender of formation of citizens and scholars of a new type, who consent with the logic of the capital. The results show that in Brazilian context is possible identify political,

economic, ideological and social intentions, like the influences exercised in PDE, BNCC and the High School reformation. It concludes that create and strength networks that congregates universities and public Basic School Educational systems is necessary, in order to build counter-hegemonic formative frameworks and which could strengthen the public-state sense and its social purposes.

Keywords: Corporate governance. OCDE. Governance networks.

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de discutir el rol que juega la Organización para Cooperación y Desarrollo Económico en el proceso de gobierno corporativo de la política educacional. Para ello, analiza las estrategias del capital para conformación de redes de gobierno que rompan las barreras entre el público y el privado en el contexto de redefinición del rol del Estado. Apunta que la Nueva Gestión Pública hace parte del proyecto neoliberal y lo caracteriza como un constructo de clase que, con apoyo de los Organismos Internacionales, especialmente de la OCDE, induce, no solo el *ethos* privado en la administración pública, también la presencia activa de los sectores empresariales en la definición y ejecución de las políticas educacionales y en la expropiación del fondo público para sus intereses. El análisis de los documentos de aquel Organismo Internacional revela su actuación como *cemento orgánico* en la mediación de intereses entre las redes y el Estado, así como su rol propulsor de las asociaciones público-privadas, y defensor de la formación de ciudadanos e intelectuales de nuevo tipo, que consienten con la lógica del capital. Los resultados demuestran que en el contexto brasileño es posible identificar las intencionalidades políticas, económicas, ideológicas y sociales que esas redes cargan, como ejemplo en las influencias ejercidas en el PDE, en la BNCC y en la Reforma de la Escuela Secundaria. Concluye que es necesario crear y fortalecer redes que congreguen universidades y sistemas públicos de Educación Básica para construir marcos formativos contra-hegemonicos y que puedan fortalecer el sentido público-estatal y sus finalidades sociales.

Palabras clave: Gobierno corporativo. OCDE. Redes de gobierno.

Introdução

O processo de redefinição do papel dos Estados, para se tornarem mais competitivos e atraentes no cenário internacional, faz parte de um projeto político hegemônico-conservador que articula organismos internacionais, governos nacionais e setores empresariais. Esse movimento tem como pressuposto central a incapacidade do Estado-nação em resolver problemas estruturais e sociais, que vão desde a economia e indústria e chegam até a educação e saúde.

A ineficiência propagandeada retira a centralidade do Estado como provedor de direitos e órgão estratégico de formulação e execução de políticas, e advoga a participação de setores da sociedade civil, vinculados a interesses privados-mercantis, mediados pelas proposições de organismos internacionais que atuam na esfera pública e privada, articulando interesses e postulando-se como *cimento orgânico* entre esses diversos atores que, imbricados em redes de interesses mútuos, constituem a chamada governança.

O conceito da governança pública ganha assento nos governos nacionais a partir do final do século XX. Sua explicação encontra abrigo na justificativa de que é preciso desconstruir as barreiras entre público e privado e ampliar a participação da sociedade no processo de tomada de decisões em relação às políticas públicas e sociais. Tal conceito se impõe à lógica tradicional da administração pública e é instituído e instituinte da Nova Gestão Pública (NGP).

A NGP é um programa que repousa na racionalidade técnica oriunda das narrativas que buscam aplicar conceitos, como a eficiência e a eficácia, sob o *ethos* privado na administração pública. De abrangência internacional, os princípios da NGP unificam ideias, discursos e ações que sustentam processos de redefinição do papel do Estado, sobretudo na ação provedora de políticas sociais, orientando uma cariz reguladora por meio de variadas estratégias, que visam à adoção da lógica mercadológica nas instâncias públicas (VERGER; NORMAND, 2015).

A NGP configura-se, então, como um conjunto de estratégias vinculadas ao atual período histórico de desenvolvimento do capitalismo, que vê no Estado e em suas políticas sociais a origem das crises econômicas, e preconiza uma administração gerencial de cariz privada, advogando que esse referencial é proeminente em relação à administração pública (EDITORIAL, 2015).

Suas práticas e políticas apresentam-se por intermédio de mecanismos, como o estabelecimento de padrões e medidas de desempenho (na maioria dos casos, vinculadas ao financiamento); ênfase no controle de resultados; política de competências segundo a lógica dos mercados; e gestão privada da coisa pública (VERGER; NORMAND, 2015).

Neste contexto, acentuam-se formas de privatização da educação pública, que seguem variadas estratégias de apropriação do fundo público por interesses privado-mercantis que, em última instância, potencializam os lucros empresariais e, mais grave, fragilizam os sistemas públicos de educação.

Este trabalho dialoga com pesquisa de doutorado concluída em 2016 e coteja novas reflexões a partir de discussões e debates em espaços acadêmicos¹. Na tese, investigamos a política de verificação/avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) por meio do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), para Educação Básica pública brasileira, entre 2000 e 2015. Nos resultados identificamos que,

¹ Trabalhos que discutem a temática foram debatidos no XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação organizado pela ANPAE em João Pessoa; no V Encontro anual da FINEDUCA ocorrido em Natal; e no I Seminário Nacional Redefinições das fronteiras entre o Público e o Privado: Implicações para a democratização da educação realizado em Porto Alegre, ambos em 2017.

dentre as formas de atuação da OCDE, há um processo que caracterizamos como tríplice governança da política educacional, que coloca na mesma mesa e ao mesmo lado governos nacionais, organismos internacionais e setores empresariais na formulação de políticas que incidem diretamente na gestão e no planejamento educacional.

Partimos da premissa teórica que os organismos internacionais, na contemporaneidade, são instituídos e instituintes da lógica neoliberal. Concordamos com Harvey (2011), quando afirma que o neoliberalismo é um projeto de classe que surge como estratégia do capital diante da crise dos anos de 1970, e que este projeto se sustenta “por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes de privatização, livre-mercado e livre-comércio e legítimas políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p.16). Neste sentido, os organismos internacionais, como a OCDE, dentro da estratégia do capital, assumem “caráter de Estado” (HARVEY, 2011, p. 49). Segundo o autor:

Para que tudo isso aconteça de forma eficaz, em última análise, é preciso criar instituições internacionais com caráter de Estado, como as criadas no âmbito do Acordo de Bretton Woods para facilitar e regulamentar os fluxos internacionais de capital. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, juntamente com o Banco de Compensações Internacionais na Basileia, são centrais aqui, mas outras organizações, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o G-7 (mais tarde G-8), agora expandido para G-20, também desempenham um papel importante, na medida em que os bancos centrais do mundo e os departamentos de Tesouro procuram coordenar suas ações para construir uma arquitetura financeira mundial em evolução para uma versão internacional do nexos Estado-finanças. (HARVEY, 2011, p.49-50).

Esse nexos Estado-finanças tem como uma de suas características centrais “atrair dinheiro ocioso para circulação” e, para isto, “tem de oferecer segurança e eficiência transnacionais a seus clientes ou uma taxa de retorno aos que poupam com os excedentes de dinheiro” (HARVEY, 2011, p.50).

Não por acaso a OCDE, desde 2000, utiliza o Programa Internacional de Alunos – Pisa para verificar as competências e habilidades dos estudantes de 15 anos e aferir se os conteúdos de interesse do mercado de trabalho estão sendo transmitidos pelos sistemas educacionais dos países, a fim de apontar nichos de investimento em nações com nível de mão-de-obra considerada apta a se integrar ao círculo de demandas internacionais do capital, de acordo com a lógica da geografia da acumulação capitalista, impulsionando um desenvolvimento desigual entre as nações; porém, não prescindido dos governos locais (HARVEY, 2005).

Difícilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou coalização mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência. A competitividade internacional também depende das qualidades e quantidades e custos da oferta local de mão-de-obra. (HARVEY, 2005, p. 175).

Em 2016, a OCDE publicou dois documentos (OCDE, 2016a; 2016b) que sistematizam experiências de Governança na política educacional de diversos países, e apresentam princípios que devem nortear as reformas educacionais com objetivo de adotar, ampliar e aprofundar a participação de setores não estatais na definição das prioridades dos sistemas de ensino, assim como regra a Nova Gestão Pública. A justificativa dos estudos que sustenta as publicações aponta o papel da OCDE no nexo Estado-finanças, tendo a educação como objeto principal desse processo, vinculada diretamente aos interesses econômicos.

Com evidências mais prontamente disponíveis sobre o desempenho escolar e dos alunos, as partes interessadas também se tornaram mais exigentes em relação às escolas para atender às necessidades individuais dos alunos. Os sistemas educacionais são agora caracterizados pela governança multinível, em que as ligações entre múltiplos atores que operam em diferentes níveis são, até certo ponto, fluidas e abertas à negociação. O Centro de Projetos Educacionais de Sistemas Complexos Educacionais (GCES) do Centro de Pesquisa Educacional e Inovação (CERI) concentra-se em quais modelos de governança são eficazes em sistemas educacionais complexos e quais sistemas de conhecimento são necessários para apoiá-los. Seu foco na complexidade está ligado a uma reflexão organizacional mais ampla sobre Novas Abordagens aos Desafios Econômicos (NAEC), que busca renovar e fortalecer os quadros analíticos, os instrumentos de políticas e as ferramentas da OCDE (OCDE, 2016a, p. 3, tradução livre).

As chamadas *partes interessadas* ou *stakeholders* têm ampla definição e são consideradas como os pais, os conselhos escolares, gestores, as próprias escolas, os governos subnacionais, mídia, e os setores não estatais, incluindo, sobretudo, os setores privado-mercantis, ou seja, múltiplos atores que, por sua vez, compõem aquilo que é chamado de *governança multinível*.

O objetivo deste artigo, portanto, consiste em analisar as proposições da OCDE para a governança da educação, em especial as estratégias desenvolvidas e difundidas para o fortalecimento da presença de atores privado-mercantis nos processos de definição e execução da política educacional.

Governança corporativa da política educacional

As contribuições de Ball e Youdell (2007) apontam para um processo de formas de privatização acobertada que, muitas vezes, passam despercebidas da dinâmica de definição e

execução da política educacional. Os autores alertam para três formas: privatização endógena, privatização exógena e privatização da política. Na primeira apresentam-se mecanismos que incutem práticas privadas de mercado na escola pública, incidindo diretamente na gestão e no planejamento das instituições, sobretudo na busca de resultados objetivos e dissociados da perspectiva da educação como direito humano fundamental e de formação humana. A segunda conforma-se, dentre outros exemplos, com a compra de sistemas privados de ensino para escola pública e pacotes de formação continuada dos docentes e de gestão das instituições. Já na terceira forma, os autores denominam privatização da política o processo de participação direta e indireta de representantes do setor privado-mercantil na formulação das políticas educacionais.

Neste estudo buscamos explorar esse processo de privatização da política a partir dos documentos *Governing Education in a Complex World, Educational Research and Innovation*² (OCDE, 2016a) e *Education Governance in Action: Lessons from Case Studies*³ (OCDE, 2016b). Nossa análise partiu da perspectiva teórico-metodológica de que os documentos dos organismos internacionais, do aparelho do Estado, de organizações nacionais e de outros atores expressam uma determinada visão de mundo, de homem, de história, de presente e de futuro, “não apenas expressam diretrizes para educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais” (EVANGELISTA, 2012, p.52).

O estudo da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE, 2014) caracterizou o que Ball e Yodell (2007) denominam privatização da política como governança corporativa. Esta categoria já é extensamente utilizada nos meios empresariais e replicada por organismos internacionais. A OCDE, por exemplo, elaborou um manual sobre governanças corporativas, intitulado *Os princípios da OCDE para o governo das sociedades* (OCDE, 2004), que serve como documento orientador para as empresas no âmbito dos países-membros e colaboradores.

Os Princípios representam uma base comum que os Estados-Membros da OCDE consideram essencial para o desenvolvimento de **boas práticas** de governo das sociedades[...] Não pretendem substituir iniciativas públicas, semi-públicas ou privadas destinadas ao desenvolvimento, com maior pormenor, das “**melhores práticas**” de governo das sociedades (OCDE, 2004, p.11, grifos nossos).

As *melhores práticas* difundidas pela OCDE vão ocupar lugar de destaque nos programas e projetos da Organização para o setor público. Em paralelo, as ações de outros

² Governando a Educação em um Mundo Complexo, Pesquisa Educacional e Inovação (tradução livre).

³ Governança da educação em ação: lições de estudos de caso (tradução livre).

organismos internacionais, como o Banco Mundial, apostam na governança como estratégia da NGP no atual período de desenvolvimento e redefinição do Estado capitalista, que assume múltiplas feições em consonância com as determinações do sistema. Algumas das características desse modelo são: a) terceirização e privatização dos serviços/setores públicos; b) gestão por resultados; c) eficiência e eficácia do setor privado como parâmetros para o setor público; e d) prestação de contas e responsabilização como instrumentos de vigilância, regulação e financiamento das políticas sociais.

Ocorre que, entre as recomendações dos organismos internacionais e a implementação da política em âmbito nacional, há um conjunto de mediações que incidem diretamente nas características de determinadas iniciativas. Neste sentido, a análise dessas mediações é fundamental para compreensão do todo.

É recorrente a defesa, por parte dos OI, da participação da sociedade civil, compreendida a partir de sua organização em aparelhos privados de hegemonia, na direção e execução de políticas do Estado. Assim, ampliam-se os sujeitos do mundo privado-mercantil que, por dentro da estrutura estatal, formulam e decidem políticas e práticas interferindo diretamente nos sentidos e finalidades públicas, comprometendo diretamente o campo dos direitos sociais, em particular, a educação.

Esses sujeitos são oriundos do mundo empresarial e detêm ou vão adquirindo legitimidade política para pautar a agenda das políticas sociais, econômicas e fiscais, buscando, em última instância, favorecer as engrenagens do atual ciclo de desenvolvimento do capital em um contexto de reestruturação produtiva (FRIGOTTO, 2011), impulsionada pela globalização econômica (IANNI, 2008).

Como discorrem Ball e Yodell (2007), esse processo de privatização da política ocorre de maneira acobertada, ou seja, dissimulada e oculta. Nos documentos analisados só é possível seu desvelamento por meio de um olhar rigoroso sobre o dito e, sobretudo, o não dito. “Trata-se de desconstruí-los para captar aspectos da política educacional da qual são, simultaneamente, expressão e proposição” (EVANGELISTA, 2012, p. 63).

Para manterem seus interesses velados, os setores privado-mercantis têm como importantes aliados os Organismos Internacionais, mas não só eles. Além de concordamos com Harvey (2011), quando afirma que tais instituições assumem caráter de Estado dentro da estratégia neoliberal e a caracteriza como uma estratégia de classe, também consideramos que o Estado é uma instituição de classe. E que, na sua conformação ampliada (GRAMSCI, 1984), atende aos interesses de primeira ordem do capital e busca atender interesses difusos

da classe trabalhadora, a fim de discipliná-la para coesão social e formar um cidadão de novo tipo (NEVES, 2010) que consente ativamente os interesses da burguesia.

Os princípios que regem esses movimentos assentam-se na estratégia de ressignificação da teoria do capital humano (TCH), embutida na necessidade de estudantes e trabalhadores adquirir competências e habilidades para o mercado de trabalho, sob o manto do individualismo como valor moral radical (MARTINS, 2007), com base na teoria liberal clássica de Hayek (1987). Por ocasião do aniversário de seus cinquenta anos, a OCDE traduziu seu programa:

Desde a sua criação, a OCDE, que remonta ao Plano Marshall, ajuda os países a apoiar a **boa governança**, a reformar e melhorar as suas políticas econômicas a serviço de um maior crescimento. Estes esforços deram os seus frutos, em um amplo consenso em torno da **economia de mercado** e da democracia. A OCDE é a vanguarda internacional do desenvolvimento de **reformas estruturais** que fomentem o crescimento e equidade. Através dos seus comitês de peritos nacionais, da qualidade do trabalho no seu Secretariado, de seus melhores **métodos de coleta e análise de dados**, com a força de sua **revisão por pares** e **recomendações baseadas em evidências** que expressam a intenção das autoridades, é capaz de ajudar os países em calibrar suas políticas e divulgar as **melhores práticas**. Através da sua colaboração com as autoridades reguladoras e autoridades de ordem pública, líderes empresariais ou representantes dos sindicatos e da sociedade civil, tem sido uma referência que permite que os jogadores-chave troquem pontos de vista e aprendam uns com os outros a desenvolver as melhores práticas, orientações para a política e instrumentos jurídicos (OCDE, 2011, p.1, grifos nossos, tradução livre).

Esse programa será base da atuação da OCDE nas áreas consideradas estratégicas, o que inclui a educação. O método de coleta e análise dos dados e a *força* da revisão por pares e das recomendações baseadas em evidências, no caso do Pisa, é traduzido como um “dispositivo, baseado e gerador de conhecimento, que se propõe apoiar e participar no labor de coordenação da ação pública (e das políticas públicas) no sector da educação” (CARVALHO, 2011, p. 13).

O diagnóstico e proposições apresentados pelos documentos analisados são expressão e proposição de uma determinada política que, no âmbito daquela Organização, inicia nos anos 2000, com a difusão dos resultados do Pisa, que conta com participação expressiva das maiores economias mundiais. Em pesquisas anteriores (PEREIRA, 2016) afirmamos que o Pisa se constitui como instrumento político e ideológico da OCDE para propalar a política de competências e habilidades para o mercado de trabalho, induzindo, pressionando e coagindo os países a adotarem tal política como centralidade de seus sistemas de ensino. Para isto, a forma e o conteúdo da divulgação dos resultados atacam o sistema público de educação, suas

finalidades e concepções, e colocam no bojo da ineficiência do Estado a suposta ineficiência dos sistemas educativos, gerando um ambiente de desconfiança nos sistemas públicos e, sobretudo, nas sociedades que dele se utilizam.

Feito isto, a OCDE intenta aprofundar um projeto hegemônico-conservador (PEREIRA; SILVA, 2018) que, na educação, busca fortalecer uma determinada concepção atrelada aos interesses de mercado, com vistas a uma formação instrumental para o trabalho simples. Seus documentos (OCDE, 2016a; 2016b) colocam, como principal desafio dos sistemas públicos educacionais, a recuperação da confiança. Ou seja, primeiro, com os resultados dos testes, incitam a desconfiança no sistema público; depois, apresentam estratégias para retomada dessa confiança.

Os estudos de caso são complementados por exemplos sobre a quebra da confiança nos sistemas educacionais e os esforços para restaurá-los e sustentá-los. Juntos, eles ilustram abordagens bem-sucedidas para a governança e a reforma da educação, bem como alguns desafios contínuos. A publicação centra-se na responsabilização, capacitação e pensamento estratégico como componentes essenciais da governança da educação moderna, destacando a importante interdependência entre conhecimento e governança. (OCDE, 2016b, p. 11, tradução livre).

A legitimidade política adquirida pela OCDE ao longo das duas últimas décadas, e o conjunto de dados que ela reuniu e reúne dos países que a compõem e daqueles que a acompanham abre o espaço para que ela se apresente como um sujeito político coletivo que organiza interesses, forma intelectuais orgânicos e coopta intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 1991), que serão os funcionários de seu programa. Os documentos analisados expressam esse movimento, as proposições que neles constam, embora assumidas pela OCDE, são assinadas por intelectuais comprometidos com a Organização e, em muitas das vezes, formados em seu interior e, em outras, cooptados nos Estados-nação ou nos setores empresariais.

A tônica dos documentos centra-se na visão linear e instrumental que atrela educação e desenvolvimento econômico vinculado aos ganhos de capital. Parte das formulações identificadas com programa da terceira via (GIDDENS, 2001), e tem como pressuposto o conceito de Estado estratégico. Na reflexão proposta pelo Secretário Geral da OCDE, o mexicano Angel Gurría, os modelos analíticos e econômicos precisam ser adaptados no contexto de um mundo pós-crise.

Não é tanto o tamanho do Estado que está em jogo, mas sim o seu governo. Em outras palavras, não é tanto um estado reduzido que precisamos fomentar o crescimento econômico em nossos países, mas um estado

estratégico. Essa ideia de um estado estratégico que visa seus investimentos para maximizar o crescimento em face de restrições orçamentárias rígidas diverge tanto da visão keynesiana de um estado sustentando o crescimento por meio de políticas orientadas pela demanda, quanto da visão neoliberal de um Estado mínimo confinado à sua economia funções de *regalian* (ordem pública, serviços básicos) (Aghion, 2012) [...] Ao mesmo tempo, o conceito de um estado mais inteligente inclui um foco no aprendizado do governo. Embora tradicionalmente pensado em termos de inovação e política industrial, esse conceito se estende a todos os setores do governo e inclui ênfase em tentar novas abordagens, aprender o que funciona e construir a capacidade sistêmica do governo para melhorar o desenho, direção e implementação de políticas. Encontrar novas abordagens para os desafios econômicos, então, requer revisitar os modelos de governança em todas as áreas, incluindo a educação. (OCDE, 2016a, p. 20, tradução livre).

No campo educacional, o Estado estratégico da OCDE parte da compreensão que as constantes e recentes alterações que acompanham as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação tornaram o mundo, os governos e os sistemas mais complexos. Tais assertivas são utilizadas para advogar que não é mais possível ter um governo centralizado, propulsor de um projeto nacional e que formula e coordena a política educacional, como versa a Constituição Federal, no caso brasileiro.

Neste sentido, a OCDE (2016a; 2016b) identifica que os sistemas educacionais são complexos e que, na prática, sua descentralização é ponto central da proposição de governança multinível. Nela, estão inseridas as autoridades escolares (gestores), conselhos escolares, escolas, sindicatos dos professores, mídia e atores do mundo privado-mercantil. Na perspectiva da Organização, esses sujeitos políticos, ora individuais, ora coletivos, devem compartilhar o papel regulador da educação, que se encontra apenas no âmbito do papel do Estado, conformando um estilo de governança que, a partir do *conhecimento* produzido pelos resultados dos testes, oriente as ações para a retomada da confiança dos sistemas educativos. Segundo os documentos analisados, esse processo de governança tem **três pilares básicos**: a responsabilização, capacitação e pensamento estratégico.

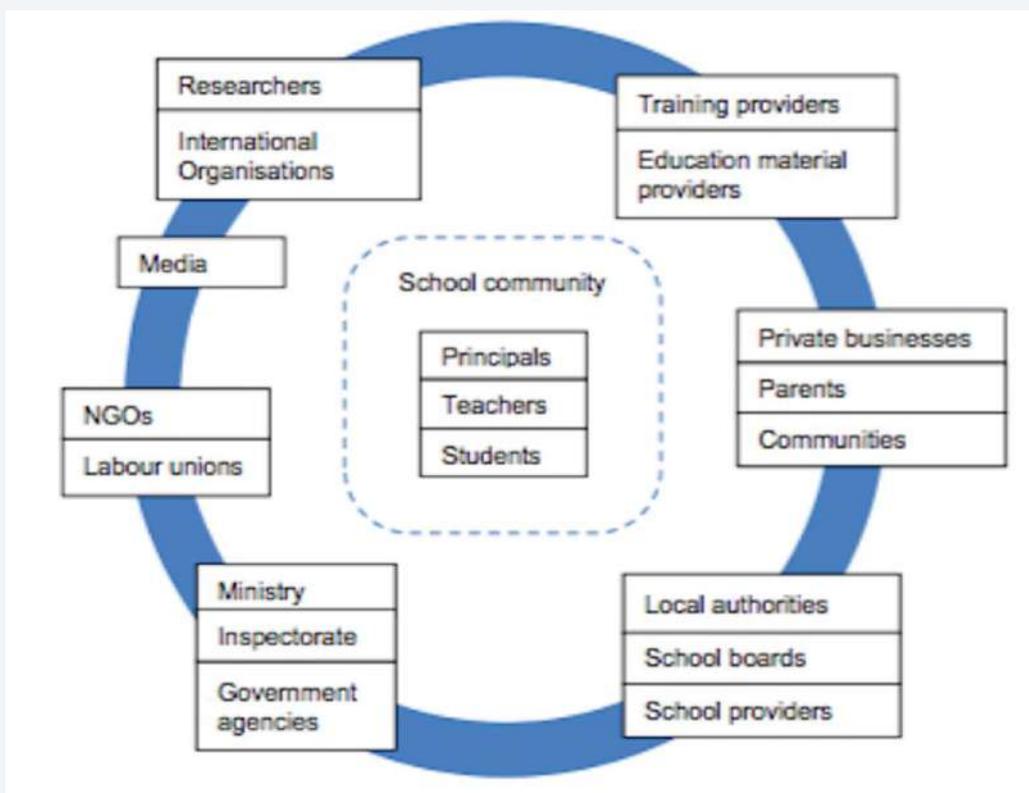
O **primeiro pilar: a responsabilização**. Defendem que ela precisa combinar verticalidade (ação regulatória dos governos com base nos marcos legais) e horizontalidade (atendimento das demandas e participação das *partes interessadas* no processo regulatório), induzindo uma prática mista.

[...] o papel da avaliação e, especificamente, da medição do desempenho, na gestão da responsabilidade no sistema é um fator importante. Na educação, como em muitos outros setores públicos, um foco mais forte em produtos mensuráveis (por exemplo, pontuações em testes de estudantes, taxas de graduação e transições para o mercado de trabalho) foi acompanhado por uma ênfase crescente em testes comparáveis padronizados. Isso levou a uma

explosão de evidências disponíveis para os formuladores de políticas (e, na verdade, todas as partes interessadas nos países em que os dados sobre conquistas são disponibilizados publicamente a todas as partes interessadas). Essa tem sido uma força importante para aumentar a transparência e a responsabilidade do sistema e para ajudar a identificar áreas de melhoria. (OCDE, 2016a, p. 24, tradução livre).

Nesta perspectiva, a responsabilização, portanto, parte não só do que está consubstanciado e acordado por intermédio dos marcos legais. Como dinâmica própria dos processos que advém das estratégias do capital por meio da globalização, os pressupostos legais não devem ser os únicos que regem o sistema. Eles se inter cruzam com os pressupostos privados e individuais e, dessas nebulosas fronteiras entre público e privado, emergem as prioridades dos sistemas educacionais. Abaixo reproduzimos o *esquema* de pensamento que identifica as *partes interessadas*.

Figura 1 – Potenciais partes interessadas na educação



Fonte: OCDE (2016, p.25).

É importante ressaltar que, na figura, acima a ordem em que aparecem os atores, de fato, alteram o produto final. É perceptível o papel e a influência reduzidos da esfera público-estatal. Ademais, as *empresas privadas* são alçadas à comunidade local, ao lado dos pais de alunos; os *provedores de treinamento* e os *provedores de material educativo* ganham destaque

no processo de governança, além da paridade que sugere entre organizações do terceiro setor e os sindicatos dos professores. Assim, demonstra que a governança, se percorridas suas múltiplas determinações, os setores que congrega e seus sujeitos individuais e coletivos, é mais uma estratégia do processo de redefinição do papel do Estado a fim de fortalecer a privatização, sobretudo nas dimensões de direção e execução da política educacional.

No caso brasileiro, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE é ilustrativo desse processo de responsabilização, formulado com base nas demandas das *partes interessadas*, por sua vez reunidas no aparelho privado de hegemonia conhecido como *Todos Pela Educação*. É importante destacar que o processo de responsabilização proposto pela OCDE já vem acontecendo no Brasil desde a década dos anos de 1990 e, com o PDE de 2007, aprofundou-se dialogando com as proposições da Organização, que deram origem ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (PEREIRA, 2016).

Mesmo citando a *importância dos pais*, a proposição da OCDE, ao alçar os reformadores empresariais como sujeitos potenciais da governança, e da responsabilização baseada em evidências, difere-se do conceito de responsabilização participativa proposto por Sordi e Freitas (2013). Os autores, ao defenderem a participação da comunidade escolar e local no processo de definição e execução da política educacional, esclarecem que

Essa forma de relacionamento exclui tanto as formas autoritárias de gestão, assentadas na verticalização das decisões baseadas em números e metas quantitativas, quanto exclui igualmente o populismo e o democratismo de formas de gestão que transferem inadequadamente (para não dizer que abandonam) para a “ponta” as decisões, unilateralizando-as e omitindo-se. É na tensão entre as políticas públicas centrais e as necessidades e projetos locais que se constrói a qualidade das escolas, a partir de responsabilidades publicizadas e assumidas coletivamente, articuladas ao projeto pedagógico da escola. (SORDI; FREITAS, 2013, p. 90).

Esse processo de privatização da política ou governança corporativa irá se expressar, também, no **segundo pilar: a capacitação**. Não por acaso, o lugar de destaque assumido pelos *provedores de treinamento* e *provedores de material educativo*. Ao discorrer sobre este elemento, os documentos trabalham com a mesma lógica do pilar anterior, qual seja, combinações entre práticas verticais e horizontais. Nas primeiras entende-se que os governos centrais precisam interagir com os locais, auxiliando em suas capacitações; papel semelhante é atribuído à União quando a Constituição Brasileira define que ela deve prestar assistência técnica aos entes federados para organização de seus sistemas de ensino.

A questão principal reside na proposição das *práticas horizontais*, que compreendem o papel das *partes interessadas* no processo de capacitação. Segundo a OCDE (2016a, p. 27, tradução livre),

[...] a capacitação também pode ocorrer em um nível particular com diferentes partes interessadas, ou seja, horizontalmente. A capacitação horizontal envolve o compartilhamento de experiências e conhecimento de maneiras eficientes de colocar políticas em prática e também compartilhar os resultados da implementação.

Pesquisas como a de Adrião *et al.* (2009) vêm demonstrando que os processos de responsabilização desencadeados pelas avaliações em larga escala têm induzido, sobretudo os governos locais, a adquirirem sistemas apostilados de ensino e formação de gestores e professores para se adaptarem às exigências dos testes e, com isto, elevarem os índices educacionais, caracterizando esse movimento como “uma modalidade peculiar de privatização da educação pública” (ADRIÃO *et al.*, 2009, p.800).

A capacitação baseada em evidências terá como atores principais os setores privado-mercantis. Isto porque são os sujeitos que, apresentados como *colaboradores* para educação de qualidade, ancorados nos resultados positivos de suas escolas privadas, e defensores da lógica da NGP de incapacidade do Estado, vão apresentar as melhores receitas para eficiência e eficácia da educação. Não por acaso que, no contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio terão, desde sua formulação até a sua execução, a presença significativa de setores empresariais.

Rodrigues e Coutinho (2017) destacam que, dentre os atores políticos que perpassam a construção da BNCC, encontram-se o Movimento pela Base Nacional, composto pelas seguintes instituições: ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional); CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Educação Comunitária); CEDAC (Comunidade Educativa); CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação); Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Todos pela Educação; e UNIDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), organizados a partir do seminário *Liderando Reformas Educacionais: Fortalecendo o Brasil pra o Século XXI*, realizado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, durante os dias 21 e 24 de Abril em 2013.

Desta maneira, é perceptível, além do Todos pela Educação e o CONSED ativamente presentes na proposição de ambas as políticas educacionais, é possível observar o alinhamento

em diferentes setores da iniciativa privada na formulação das duas políticas educacionais. Rodrigues e Coutinho (2017) apontam que o conjunto e ambas as políticas endossam a formulação dos mecanismos de controle por parte do Estado em relação à educação pública voltada para o *accountability* que, por sua vez, implica na individualização da responsabilidade pelo processo educacional no trabalho pedagógico centrado na relação aluno-professor, ignorando os condicionantes estruturais que compõem os problemas encontrados na realidade da educação brasileira.

Para Bezerra e Araújo (2017), o caráter privatista de tais medidas também se expressa por meio da expansão dos canais de parcerias com o setor privado na educação pública, tornando possível a realização de convênios com instituições de ensino a distância com *notório reconhecimento* ou, ainda, com instituições privadas de ensino e empresas. A materialização de tais parcerias com o setor privado para a oferta de educação profissional passa a ser viabilizada através da reforma, por meio da vinculação de recursos do FUNDEB para tais finalidades, que consiste em uma ampla ação de privatização através da transferência de recursos públicos para empresas de ensino privado, em detrimento da escola pública de nível médio.

É evidente que a proposta de Ensino Médio desenhada pelo TPE e Instituto Unibanco, apesar de não ter sido materializada no seu ano de publicação, em 2013, foi retomada após o conturbado processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Em meio a esse contexto, o ministro da educação indicado pelo governo ilegítimo de Michel Temer, Mendonça Filho (DEM), nomeia Maria Helena Guimarães Castro como secretária executiva do ministério. Ambos participaram da Assembleia Anual Todos Pela Educação, que celebrou os dez anos de atuação da organização empresarial na educação nacional, e foi apresentado o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016, resultado da parceria entre o TPE e a Editora Moderna, e retomam a proposta de Ensino Médio aludida no seminário.

Desta forma, estava anunciado o compromisso por parte dos agentes do governo em reformar o Ensino Médio diante dos reformadores empresariais, indicando que partilham de suas teses e pretendiam implementá-las. Tais articulações fazem parte das estratégias para o reordenamento privatista da educação pública brasileira, sob a tutela da agenda proposta pelos reformadores empresariais, cuja dinâmica neste contexto ocorre tanto por parte dos representantes do MEC, comprometidos em reformular o Ensino Médio, quanto pelos empresários, ao sugerirem diretrizes para a reforma por meio de relatórios e pesquisas.

Tal alinhamento demonstra a interlocução que o empresariado possui nos centros de poder e enfatiza a sua posição privilegiada em relação a outros atores, como associações acadêmicas e profissionais, na disputa pelo campo educacional e que tem por resultado a subordinação da agenda educacional ao consenso construído pelos empresários. Demonstra que o conceito de *partes interessadas* aludido pela OCDE, na aparência, inclui a comunidade escolar e local, mas, na essência, é um subterfúgio para legitimar a presença dos setores privados na direção e execução da política educacional.

Em seu relatório econômico de 2018 sobre o Brasil, a OCDE comemora a aprovação da reforma do Ensino Médio, tratada como reforma da educação, obviamente, levando em consideração o processo de homologação da BNCC, e destaca que “a reforma reduziu o número de matérias obrigatórias, dando mais opções e mais espaço de personalização do conteúdo letivo para estudantes com menos inclinação acadêmica. É provável que isso reduza as taxas de abandono escolar” (OCDE, 2018, p. 20).

Por fim, **o terceiro e último pilar: pensamento estratégico**. Este pilar é ancorado na concepção de Estado estratégico em um contexto pós-crise, que

[...] direciona seus investimentos para maximizar o crescimento em face de restrições orçamentárias rígidas [e] diverge da visão keynesiana de um estado sustentando o crescimento através de políticas orientadas pela demanda, e da visão neoliberal de um estado mínimo confinado às suas funções regionais (ordem pública, serviços básicos) (OCDE, 2016a, p. 29, tradução livre).

O documento faz considerações que seguem no movimento de vinculação linear da educação com o desenvolvimento econômico. Sugere que,

[...] em tempos de restrição econômica e fiscal, o argumento é de que não podemos mais nos permitir negócios como de costume. Um estado estratégico implica construir a capacidade sistêmica do governo para melhorar o desenho, a direção e a implementação da política no longo prazo (OCDE, 2016a, p. 29, tradução livre).

Neste sentido, as proposições acerca da governança são colocadas em evidência. Elas se constituem como uma estratégia do capital; portanto, uma estratégia de classe que, por vias ideológicas, no sentido de falseamento da realidade, intenta focalizar os recursos públicos em determinadas áreas, em detrimento das políticas universalizantes, consubstanciadas, no caso brasileiro, no artigo 6º da Constituição Federal.

Tal estratégia coaduna com a retração de recursos públicos para as políticas sociais em favor de uma suposta estabilidade fiscal para atender aos credores da dívida pública brasileira.

Não por acaso que os elementos constitutivos da Emenda Constitucional 95/2016 já constavam das recomendações da OCDE no relatório econômico de 2016, e sua aprovação foi comemorada e reafirmada no relatório de 2018. Para Organização, um dos principais desafios do país é “estabilizar a dívida pública e garantir que a inflação permaneça próxima da meta são prioridades macroeconômicas fundamentais. O novo teto de gastos será fundamental para restaurar a credibilidade da política fiscal” (OCDE, 2018, p. 22).

Contudo, o que vai deixar mais clara esta análise não está no documento de 2016, mas no relatório econômico de 2018. Segundo a OCDE, o Brasil *gasta* acima da média dos países membros da Organização, e compara os resultados brasileiros com os de outros países da América-Latina, que *gastam* menos e obtêm melhores resultados, e sugere “que há espaço para melhorar a eficiência dos gastos” (OCDE, 2018, p. 40). Para isto, propõe que

[...] deslocar os gastos com educação superior para os ensinos pré-primário, fundamental e médio elevaria simultaneamente a progressividade e a eficiência. A gratuidade da educação pública superior tende a beneficiar estudantes de famílias de alta renda, pois os estudantes de escolas privadas de ensino médio têm desempenho melhor nos vestibulares. Ao contrário, a oferta de educação pré-escolar diminui significativamente a probabilidade de evasão de estudantes desfavorecidos do sistema educacional (OCDE, 2016p). Na alocação de vagas escassas na educação pré-escolar, a preferência deveria ser dada a famílias de baixa renda e mães solteiras, pois permitiria que mais mulheres participassem do mercado de trabalho (OCDE, 2018, p. 40-41).

Os três pilares da governança corporativa da OCDE, ancorados na concepção do *Estado estratégico* de orientação da Terceira Via sugerem, ao Brasil, fazer da Educação Básica pública e obrigatória, um novo nicho de exploração para os interesses privados, combinando direção e execução da política educacional e apropriação do fundo público para maximização dos lucros empresariais por meio da oferta de serviços de apostilamento de conteúdos adaptados às avaliações em larga escala e de formação inicial e continuada de professores e gestores, com base nos princípios da Nova Gestão Pública. Isto com o objetivo de formar cidadãos e intelectuais de novo tipo. E este processo vai ganhar materialidade pelo instrumento das *redes de governança*.

O papel da OCDE nas redes de governança

Na última década, o debate sobre as redes de governança tem se acentuado na esteira do processo de redefinição do papel do Estado e da suposta descentralização e desburocratização da administração pública. Analisamos esse processo no bojo das estratégias

do capital: neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e terceira via, enquanto um projeto de sociedade ancorado na perspectiva burguesa de classe. Neste sentido, entendemos ser necessário caracterizar as redes de governança dentro da disputa de hegemonia e correlação de forças da sociedade, na qual há projetos societários em disputa (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014; PERONI, 2015).

Ball e Olmedo (2013) apresentam importantes contribuições para o entendimento da lógica das redes, e caracterizam-nas como expressões de uma *nova filantropia* no contexto de um suposto *capitalismo social*, que combina caridade e obtenção de lucros, o que denomina de *filantropia 3.0*. Os autores apontam que

[...] essa nova concepção de filantropia e ajuda embaralha intencionalmente a linha divisória entre negócios, empreendimento, desenvolvimento e o bem público e levanta questões fundamentais sobre os métodos e o futuro papel das agências de desenvolvimento tradicionais (BALL; OLMEDO, 2013, p. 37).

Tal diluição das barreiras entre o público e privado posiciona esses novos filantropos a operarem em uma *esfera parapolítica* (HORNE, 2002, *apud* BALL; OLMEDO, 2013), “dentro da qual eles podem criar sua própria agenda de políticas” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 39). No caso brasileiro, a participação do Todos Pela Educação na formulação e implementação do PDE materializa a assertiva. Isto nos leva, em diálogo com os autores, quando afirmam ser “difícil demonstrar e expor as conexões entre os interesses econômicos, ideológicos, políticos e filantrópicos” (BALL; OLMEDO, 2013, p.40), a expressar que, no caso brasileiro, como apontando no item anterior, tais conexões constituem elemento basilar da conformação dessas redes de governança. E em nossa perspectiva, inserem-se na disputa de um projeto de sociedade no qual o Estado está a serviço dos interesses de classe que, no caso da educação, são delineados pelos setores empresariais, que se articulam nas redes a partir dos pressupostos privado-mercantis para a educação pública.

No contexto nacional, o Grupo de Instituições e Fundações Empresarias (GIFE) é o sujeito político coletivo que busca dar organicidade aos processos de investimento social privado dirigido aos objetivos de maior lucratividade das empresas que o fazem (ADRIÃO, 2017). Nestes termos concordamos com Croso e Magalhães, quando afirmam que:

A centralidade que a extração de lucros vem crescentemente ganhando contradiz fundamentalmente a condução da educação como Direito Humano fundamental. À medida que o papel do Estado se desloca e diminui, outros atores privados e com fins lucrativos entram em cena, atuando ativamente não apenas na consolidação do setor privado, mas também dentro do próprio

setor público de educação e até mesmo no campo da política pública. Esses atores são empresas de educação, fundos de investimento, instituições financeiras multilaterais, redes de empresários, entre outras configurações que se articulam para garantir uma crescente presença em espaços de definição das políticas educativas. (CROSO; MAGALHÃES, 2016, p.19-20).

Os questionamentos levantados por Ball e Olmedo (2013, p. 37), sobre o “futuro papel das agências de desenvolvimento tradicionais” parecer estar claro nos documentos da OCDE (2016a; 2016b). A Organização faz distinção entre o *governo vertical* e a *governança horizontal*. Para isto, reforça a concepção que sustenta o processo de redefinição do papel do Estado, e afirma que,

Nas últimas três décadas, a posição dos governos centrais nos países da OCDE mudou significativamente. O poder afastou-se dos governos centrais em diferentes direções: para cima, para organizações internacionais, para instituições privadas e organizações não-governamentais, e para os governos locais e empresas públicas, como escolas e hospitais. **Onde antes tínhamos o governo central, agora temos a governança, que pode ser definida como o processo de estabelecer prioridades, formular e implementar políticas e ser responsável em redes complexas com muitos atores diferentes** (Theisens, 2013). Esta é uma tendência geral em todos os países da OCDE que varia entre diferentes sistemas de políticas. É certamente o caso da educação, mas também a saúde, a segurança pública, o bem-estar e outros campos são, em maior ou menor grau, afetados por ela. (OCDE, 2016a, p. 56, grifos nossos, tradução livre).

Segundo a Organização, esse processo de redefinição do papel do Estado foi acompanhado pela mudança da sociedade em escalas globais. Para ela, hoje, os cidadãos estão mais atentos, cobram mais, e querem ver resultados rápidos. Por isto sua disponibilidade em participar das redes de governança e pressionar para que o Estado rompa com a lógica tradicional, que é, segundo a OCDE, essencialmente centralizadora (OCDE, 2016a). Assim, ela compreende as redes como,

[...] mais flexíveis do que a tradicional organização hierárquica do Estado e, portanto, se encaixam na dinâmica da “modernidade líquida”. As redes operam com base na confiança. Eles funcionam porque as pessoas estão dispostas a cooperar e a sacrificar ganhos de curto prazo em benefício da cooperação de longo prazo. Eles são muito diferentes nesse sentido de mercados e hierarquias, onde a necessidade de confiança é minimizada através de sistemas complexos de incentivos e regras (CERNA, 2014) (OCDE, 2016a, p. 60, tradução livre).

O documento ainda considera como uma questão crucial, para os governos, a forma de relacionamento com as redes.

Grosso modo, existem dois papéis. O primeiro papel é o de um governo que paira acima dos atores de uma rede. Isso envolve criar a arena na qual as redes de partes públicas e privadas operam: estabelecendo estruturas, formulando uma visão estratégica, facilitando o conhecimento e feedback e operando como um pé de cabra quando os participantes de uma rede chegam a um impasse (Pierre e Peters, 2005). Um segundo papel é quando o governo - muitas vezes através de seus funcionários - atua como um jogador em redes. Nos limites do governo, onde ministérios, organizações da sociedade civil, empresas privadas e cidadãos se unem, há redes dinâmicas que lidam com problemas sociais. Essas redes são mais visíveis no nível local, onde redes de cidadãos, ONGs locais, empresas privadas e governos locais estão lidando com questões relacionadas à segurança, saúde e educação. Mas o governo nacional também participa de redes internacionais, nacionais e locais em torno de temas sociais (Pierre e Peters, 2005; Steen et al., 2010) (OCDE, 2016a, p. 61, tradução livre).

Entusiasta do segundo papel, a Organização sugere possíveis tensões entre o governo tradicional e a governança horizontal, mas advoga por equilibrar as lógicas. E, para isto, entende que o papel dos funcionários públicos é central no processo de governança da educação. Para o OCDE, os funcionários públicos devem atuar como agentes duplos, conciliando interesses públicos e privados, fortalecendo, por dentro do Estado, a destruição das barreiras.

Trabalhar na interseção entre os modos vertical e horizontal das organizações significa que os formuladores de políticas (incluindo funcionários públicos) são cada vez mais necessários para desempenhar um novo papel; um papel que às vezes é chamado de “chaves de fronteira” (Williams, 2010; Steen et al., 2010). Chaves de fronteira trabalham em conjunto com outros profissionais fora dos silos de suas organizações hierárquicas para garantir que os problemas sociais sejam abordados. Isso requer que eles trabalhem dentro da lógica hierárquica de sua própria organização e dentro de redes horizontais ao mesmo tempo. (OCDE, 2016a, p. 62, tradução livre).

O excerto aponta para um processo de disputa de hegemonia, na perspectiva de Gramsci (1991), na qual o sujeito político coletivo, a OCDE, busca cooptar e formar intelectuais, que atuem como *funcionários* de suas concepções. A Organização tem, como um dos elementos de sua forma de atuação, esse processo de formação de intelectuais orgânicos, que possam ser os difusores de suas proposições em âmbito global, mas, sobretudo, em âmbito local (PEREIRA, 2016).

Para isto, utiliza-se de sua legitimidade e presença no interior dos governos nacionais, e também na oferta de bolsas de estudos para funcionários públicos dessas instituições, que fazem uma espécie de *residência* na sede OCDE em Paris. Como ela própria afirma: “Em outras palavras, para governar sistemas educacionais complexos, precisamos educar aqueles

que governam a fazê-lo efetivamente em contextos complexos. Ensiná-los a usar sua sabedoria prática e improvisação pode ser um pequeno passo para isso” (OCDE, 2016a, p.66, tradução livre).

Assim, no âmbito da disputa de projetos societários está em disputa o sentido público do funcionalismo, ao passo que esses são sujeitos centrais na formulação das políticas educacionais. Uma vez que as estratégias de cunho neoliberal, como remuneração por desempenho, combinado com crescente sucateamento das carreiras públicas, acaba por induzir esses atores centrais a adotarem o que a OCDE chama de “uma bússola moral e política para navegar nessas águas difíceis” (OCDE, 2016a, p. 63, tradução livre).

Neste sentido, o papel da OCDE nas redes passa por incentivar a governança sem governo, sem que o Estado assuma o papel de principal articulador e provedor da educação enquanto direito humano fundamental, e tenha como base uma qualidade negociada com a comunidade local e escolar. Ela atua como uma mola propulsora para que os governos nacionais diluam-se nas redes de interesses privado-mercantis, e tem a correlação de forças a seu favor no contexto de um Estado ampliado, no qual sociedade civil e sociedade política são permeadas por projetos de classe distintos. Neste período particular do desenvolvimento capitalista têm prevalecido, com raras exceções, as estratégias neoliberais consubstanciadas na Nova Gestão Pública que, na educação, aqui é considerada como Governança corporativa da política educacional.

Algumas considerações

Essas reflexões levam à compreensão que uma das dimensões da governança corporativa/privatização da política, que outrora denominamos tríplice governança, se materializa em um processo *acobertado*, no qual os organismos internacionais, como a OCDE, vinculada ao capital, incentiva as redes de governança e o papel central que os interesses privado-mercantis devem ocupar na definição e execução das políticas educacionais.

Esses setores empresariais articulam-se em torno de redes de governança, que disputam uma determinada concepção de educação vinculada à demanda do mercado de trabalho, e advogam pela formação de intelectuais de novo tipo, que possam consentir ativamente com suas proposições. Neste movimento, a OCDE ocupa papel de destaque na difusão das estratégias do capital, em especial, na Nova Gestão Pública, que esfumaça as

barreiras entre o público e o privado, incentivando o aprofundamento da lógica empresarial na administração pública.

Ao passo que defendem o equilíbrio das contas públicas por conta da suposta ineficiência do Estado, coadunam com o processo de apropriação do fundo público para interesses dos setores empresariais. Na educação brasileira, esse movimento se materializa em diversas dimensões: i) na compra de sistemas privados pelas redes públicas para atenderem aos objetivos prescritos pelas avaliações em larga escala; ii) na aquisição de cursos de capacitação e treinamento de gestores escolares e professores; e iii) na diluição e construção de falsos consensos entre as finalidades públicas e privadas.

Desde os anos 2000, a OCDE utiliza o Pisa como instrumento político e ideológico para, a partir dos resultados do teste, fortalecer a ideia de que os sistemas públicos não são confiáveis, por não atenderem aos objetivos prescritos pela avaliação internacional em larga escala. Consolidada essa estratégia, a Organização apresenta soluções para retomada da confiança nos sistemas a partir das redes de governança privada, sob os princípios da Nova Gestão Pública, atuando como *cimento orgânico* das relações público-privadas. Neste movimento, ela aprofunda e fortalece: i) os sistemas de responsabilização de escolas e professores, ao passo que os exclui da formulação da política educacional e cobra por objetivos prescritos; ii) um processo de capacitação instrumental para atender a determinados objetivos; iii) o Estado estratégico da terceira via que, contraditoriamente, acusa a insuficiência fiscal dos estados-nação para dar conta dos direitos sociais, mas que deve se organizar para honrar os compromissos com o capital financeiro local e internacional, fortalecendo o nexos Estado-financeiras; e iv) na disputa política-ideológica dos funcionários públicos, com o intuito de que eles assumam e difundam as proposições oriundas da estratégia de recomposição da hegemonia burguesa e do *ethos* privado.

Esse processo articula-se por meio das redes de governança, que operam de acordo com intencionalidades de classe e intentam a construção de amplas parcerias público-privadas como instrumentos de apropriação dos fundos público; porém, dissimuladas por slogans que, na aparência, buscam melhorar a qualidade da educação.

Por fim, esse projeto hegemônico-conservador caminha a passos largos no contexto brasileiro, e pode ser percebido por meio de programas como o PDE e das recentes políticas educacionais, como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio que, travestidas pelo conceito de participação democrática e qualidade educacional são, na realidade, a materialização da estratégia do capital para formação de mão-de-obra para o trabalho simples e a consciência passiva dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Nos circuitos da história, acredito que cabe a nós, educadores e educadoras, o exercício da crítica com rigor científico; e da resistência, construindo alternativas que possam se contrapor aos interesses dessas redes privadas de governança. Precisamos construir nossas próprias redes, aprofundando o diálogo entre as universidades e redes públicas de ensino, formulando propostas contra-hegemônicas que possam fortalecer o sentido público-estatal da educação e suas finalidades sociais.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In.: ARAÚJO, R; PINTO, J.M.(Orgs.). **Público x Provado em tempos de Golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

BALL, Stephen J.; OLMEDO, A. A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In.: PERONI, V.M.V. (org). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

BALL, Stephen.; YODELL, Deborah. Privatización encubierta em la educación pública, **Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007.

BEZERRA, Vinicius; ARAÚJO, Carla Maluf de. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 603-618, jul/dez, 2017.

CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CLADE). **Mapeo sobre Tendencias de la Privatización de la Educación em América Latina y el Caribe**. São Paulo: CLADE, 2014.

CARVALHO, Luís M. (org.) **O Espelho do perito: Inquéritos internacionais, conhecimento e política em educação – o caso do PISA**. Fundação Manoel Leão, V.N. Gaia, 2011.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: Tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, no. 134, p.17-33, jan.-mar., 2016.

EDITORIAL. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 589-596, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

73302015000300589&lng=en&nrm=iso>. Acesso 01 Nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015V36N132>.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos em política educacional. In.: ARAUJO, R.M.L.; RODRIGUES, D.S. (orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.46, pp. 235-274. Jan./Abr. 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed. 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª ed. 1991.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução de Maria Luiza X. De Borges. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAYEK, Friedrich August. O caminho da servidão. Tradução e revisão de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane Moraes. Ribeiro. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. Instituto Liberal, 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Otavio. **Teorias da globalização**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, André Silva. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2007. 284f.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (ORG.). **Direita para o social e esquerda para o capital** - intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

OCDE. **Os Princípios da OCDE para o governo das sociedades**. 2004. Publicações OCDE. 2004.

OCDE. **Vision d'avenir pour l'OCDE à l'occasion de son 50ème anniversaire**. Publicações OCDE. 2011.

OCDE. **Governing Education in a Complex World**, Educational Research and Innovation, OECD Publishing, Paris. Burns, T. and F. Köster (eds.) 2016a.

OCDE. **Education Governance in Action: Lessons from Case Studies**, OECD Publishing,

Paris.Burns, T., F. Köster and M. Fuster (eds.) 2016b.

OCDE. Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018, Éditions OCDE, Paris, 2018.
<http://dx.doi.org/10.1787/9789264290716-pt>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE.** 2016. 285 f., il. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; SILVA, Maria Abádia da. Estado capitalista brasileiro e organismos internacionais: continuidades e aprofundamentos das reformas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 523-544, jun. 2018. ISSN 1676-2584. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651372>>. Acesso em: 29 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8651372>.

PERONI, V.M.V. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. In.: **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015**, UFSC – Florianópolis.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. Apontamentos sobre educação e trabalho no Brasil contemporâneo – aspectos da contrarreforma educacional. **Revista HISTEDBR**, Campinas, vol. 17, n. 3 [73], p. 886-905, jul/set. 2017.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. In.: **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014.

SORDI, Maria Regina Lemes de; FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização participativa. In.: *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-99, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, no. 132, p. 599-622, jul.-set., 2015.

SOBRE O AUTOR

Cientista Social. Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/DF. É professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. É membro da Linha de Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação/FACED-UFBA. E-mail: rodrigossilvapereira@ufba.br

Recebido em: 04 de novembro de 2018
Aprovado em: 19 de novembro de 2018